

HERMÍNIA TORQUATO DA SILVA: LUTA E PERSISTÊNCIA NO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

HERMINIA TORQUATO DA SILVA: FIGHT AND PERSISTENCE IN TEACHING THE YEAR

Nilma da Cunha Godoi
Maria Lúcia Rodrigues Müller

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar a discussão que a pesquisa intitulada “Professora Hermínia Torquato da Silva: inserção e percurso profissional (1918/1956)” possibilitaram. Trata-se da reconstituição da trajetória de vida da professora Hermínia Torquato da Silva. A biografia é utilizada enquanto método de investigação na perspectiva de captar a história de vida, considerando as ações de um indivíduo ou de um grupo no espaço social, como um testemunho vivo de épocas e períodos históricos. O objetivo principal da pesquisa foi o de constatar se questões raciais e de gênero interferiram na carreira profissional da professora primária Hermínia Torquato da Silva (1918/1956). Ao descrever sua trajetória de vida, o suporte teórico teve por base a História Cultural tendo por base seu perfil biográfico. Os anseios de modernidade, progresso e civilização que se buscava, não comportava enxergar o pobre, sobretudo o pobre negro. Busca-se, pois, reconstruir sua trajetória à luz dos ideais da época, no intuito de compreender o percurso e a figura da professora, moldada pela Escola Normal, ou seja, aquela que espelharia disciplina e civilidade, educando e formando o futuro cidadão. A história de vida de Hermínia se destaca pelo embate que se desencadeou diante dos entraves enfrentados por ela no exercício do magistério, sem se abater. Ela requereu, questionou, protestou, recorreu e persistiu no direito de exercer sua carreira como professora efetiva. A origem familiar e suas características fenotípicas possibilitaram discutir a questão racial do Brasil.

Palavras-chave: Mato Grosso. Educação. Relações Raciais. Hermínia Torquato da Silva.

ABSTRACT: The objective of this paper is to present the argument that research entitled “Herminia Professor Torquato da Silva: insertion and career (1918/1956)” enabled, it is the reconstitution of the life story of Professor Herminia Torquato da Silva. The biography is used as a research method with a view to capture the story of life, considering the actions of an individual or a group in the social space as a living testimony of epochs and historical periods. The main objective of the research was to see if racial and gender issues interfered in the professional career of the schoolteacher Herminia Torquato da Silva (1918/1956). In describing his life story through his biographical profile, I found support in the approaches of the framework of cultural history. The modernity of desires, progress and civilization that sought did not include seeing the poor, especially poor black. Seek therefore to rebuild his career in the light of the ideals of the time, in order to understand the background and the figure of the teacher, shaped by the Normal School, that is, one that would mirror discipline and civility, educating and training the future citizen. The Herminia’s life story stands out for the clash that broke out on the obstacles faced by it in the teaching exercise, not kill. She requested questioned, protested, and appealed persisted the right to pursue his career as an effective teacher. I believe it is possible that their descent and their phenotypic features a discussion on racial issues in Brazil.

Keywords: Mato Grosso. Education. Race Relations. Hermínia Torquato da Silva.

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada no campo das Relações Raciais e Educação, tendo como personagem central a professora primária Hermínia Torquato da Silva e seu perfil biográfico, analisando sua inserção e trajetória na carreira do magistério. Pudemos revelar o percurso da mulher negra nessa profissão e constatar como se desenrolou sua história no interior da sociedade mato-grossense e cuiabana da primeira metade do século XX.

Foram analisadas as memórias e verificadas situações de entrave com que Hermínia se deparou, com o objetivo principal de constatar se a mulher negra, ou descendente, em busca de espaço profissional durante a Primeira República sofreu discriminação em sua atuação no magistério, quanto ao gênero e à raça. Para tanto, buscou-se respaldo em fontes documentais, produzidas pela Diretoria Geral da Instrução Pública, recorrendo também a fontes orais, resultantes das entrevistas realizadas com familiares e amigos.

A pesquisa se fundamentou na perspectiva teórico-metodológica da História Cultural (BURKE, 2008; DARTON, 1986; 1990), tendo como base empírica as fontes documentais relativas à instrução pública disponíveis no Arquivo Público de Mato Grosso - APMT e no Instituto Memória do Poder Legislativo – IMPL. Foi também embasado na história oral (AMADO, 2006; MONTENEGRO, 2013; FERREIRA, 2006), considerando diversas entrevistas foram também realizadas. Por outro, os familiares da professora Hermínia disponibilizaram alguns documentos e fotos pertencentes ao seu acervo.

Ao elaborar o perfil biográfico da professora Hermínia, tendo por base sua trajetória, ensejou-se a discussão das teorias racistas no cenário brasileiro, oriundas da Europa e dos Estados Unidos. A “ideologia do branqueamento” preconizava que o Brasil, após algumas gerações e por meio da miscigenação, teria condições de alçar o posto de nação moderna, visto que contaria com uma população de fenótipo branco, representativo da modernidade civilizada.

A construção do perfil biográfico da professora Hermínia Torquato da Silva teve por base os conceitos formulados por Pierre Bourdieu (1986), em “*A Ilusão biográfica*”, especialmente no que diz respeito ao entendimento sobre biografias e histórias de vida, quando o autor alerta sobre o perigo de se trabalhar essa questão em nível do senso comum, segundo o qual a vida é um todo coerente e orientado, demarcado por um início e um fim. Tal tarefa foi difícil, todavia, desafiadora.

Nos caminhos percorridos por Levi (2006, p. 169), ao desenvolver estudo na perspectiva biográfica, tornou-se indispensável reconstituir o contexto, dada a importância da “superfície social” em que age o indivíduo, “numa pluralidade de campos, a cada instante”, e ainda, ao levar em consideração o contexto, não se perdendo nas especificidades da biografia.

O esforço de se reconstituir um contexto histórico que retratasse a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX e início do século XX foi necessário para a compreensão de alguns acontecimentos que antecederam a instalação da República brasileira, instituída em 15 de novembro de 1889, assim como verificar as mudanças ocorridas no País. Voltando para as primeiras três décadas do período republicano, é possível perceber a centralização do poder em mãos das oligarquias regionais, uníssonas com o governo federal e marcada pela busca incansável pelo progresso, civilização e modernidade (CARVALHO, 2010).

Nesse contexto, não havia espaço para o pobre, sobretudo para o pobre negro. Foi essa a condição socioeconômica que restou à população negra após quase trezentos anos de escravidão, uma vez que, no Brasil, a sociedade tinha por base o princípio da disparidade entre os segmentos sociais. Primeiro, foi demarcada a inferioridade do africano e seus descendentes, e, em segundo lugar, impediu a discussão sobre cidadania, tornando o trabalho exclusivamente de natureza escrava (SCHWARCZ, 1998; MATTOS, 1998).

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Na busca por documentos sobre a população negra em Mato Grosso, foi localizado um processo, datado de 1927, disponível no APMT, referente à luta que a professora Hermínia Torquato da Silva empreendeu para exercer a profissão de docente. Esse documento revela uma mulher do início do século XX lutando pelo direito de exercer essa profissão, o que estimulou e fez nascer o desejo de conhecer mais profundamente a vida de Hermínia. Disso emergiram várias perguntas. Por que aquela professora se posicionou tão categoricamente naquele momento? Ela conhecia seus direitos? Pelos caminhos da Legislação sobre a instrução pública, ela procurou resguardar seus direitos como professora efetiva vitalícia do Estado, posicionamento aparentemente curioso para uma mulher daquela época. Será que o fato de ser mulher, não branca e não pertencente à elite local, possa ter lhe criado entraves profissionais?

Os longos seis anos decorrentes entre seu pedido de disponibilidade, no ano de 1924, até seu retorno definitivo ao magistério, em 1931, foram marcados por muitos embates e entraves institucionais, por ela enfrentados, porém, eles não a abateram. Naquele movimento, ela requereu, questionou, protestou, recorreu e persistiu no direito de exercer sua carreira como professora efetiva.

Talvez, a persistência de Hermínia no exercício do magistério como “missão” se deva à necessidade, ou, ainda, defesa da profissão na qual a mulher encontrava espaço, liberdade. De acordo com Müller (1999), a profissão possibilitava o simples ato de ir e vir para as mulheres daquela época.

Sua origem familiar e as características fenotípicas possibilitaram discutir a questão racial, pois, segundo seus familiares, a professora Hermínia era “sará” que, de acordo com *Dicionário Aurélio*, “é como, no Brasil, são chamados os mestiços de brancos e negros, cuja principal característica é a presença de cabelos loiros ou ruivos, bem como aos filhos de negros que sofressem de albinismo”.

Considerando as relações raciais encontradas no Brasil e certamente na sociedade mato-grossense do início do século XX, as características fenotípicas podem ter interferido na carreira profissional da professora Hermínia. Foi com esse pensamento que foi iniciada a pesquisa.

A pesquisa e a elaboração do perfil biográfico da professora primária Hermínia Torquato da Silva, que faleceu em 1990, aos 91 anos de idade, contou com a memória de um casal de sobrinhos, que foram entrevistados e cederam documentos pessoais da pesquisada e fotos pertencentes ao acervo da família. Nessa medida, a documentação da instrução pública referente a sua carreira profissional encontrada no APMT – Arquivo Público de Mato Grosso, foi enriquecida com as fontes orais e documentos pessoais.

A PROFESSORA HERMÍNIA TORQUATO DA SILVA

Hermínia nasceu no dia 20 de abril de 1899, final do século XIX, em Cuiabá, e faleceu na mesma Capital no ano de 1990, tendo sido a filha primogênita do primeiro casamento de seu pai, José Torquato da Silva, com Maria da Silva França. Sua mãe faleceu ao dar-lhe a luz. Sua gente era da terra, uma família cuiabana. O registro de nascimento da criança do sexo feminino é posterior à Lei do Registro Civil de 1889, que determinava a inclusão da ‘cor’ no referido documento, mas, no caso de Hermínia, esse campo não foi preenchido.

A professora Hermínia tinha uma família numerosa e simples. Aos 18 anos, recebeu o diploma de normalista e, à véspera de completar 19 anos de idade, ingressou na profissão como professora primária. Foi nomeada em 30 de março de 1918, dedicando-se, a partir dessa data, ao campo da educação em Mato Grosso, até 1956, quando se aposentou.

A Escola Normal e o magistério eram uma das poucas opções profissionais para as mulheres tinham como opção profissional:

A lógica, essencialmente social, do que chamamos de “vocação” tem por efeito produzir tais encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir com felicidade (no duplo sentido do termo) as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação. (BOURDIEU, 2014, p. 85).

Hermínia revela a vocação e persistência em manter-se na profissão, a lógica da “vocação”, que nos revela o autor.

Fotografia 1 – Profa. Hermínia Torquato da Silva, aos 23 anos



Fonte: Acervo da Família Torquato da Silva

De acordo com Mauad (2013, p. 12), as imagens fotográficas devem ser vistas como um importante meio de representação social e suporte de memórias. Entende-se que, “por meio da análise de imagens fotográficas se acessam experiências históricas para as quais o uso da câmera fotográfica servia de garantia à memória futura”. Evidente que não foi adotado o conceito de fotografia como verdadeira testemunha ocular da história, “verdade fotográfica”, conforme adverte a autora (MAUAD, 2013, p. 15).

A partir dessas informações, foi feita a seguinte inferência: a fotografia n 1 traz Hermínia, como uma mulher jovem, vestida sem luxo, contudo, com recato e elegância; cabelos presos num penteado simples, evidenciando que não eram lisos. Como adereços, usava uma pulseira no braço esquerdo e uma corrente com uma medalha, provavelmente de algum santo católico, o que nos leva a deduzir, com base nas entrevistas, sua profunda religiosidade. Na pose de estúdio, tem os braços sobre uma mesa onde se percebe alguns papéis, indicando ser uma mulher letrada. O cenário se assemelha a um espaço de trabalho, aquele típico de uma professora. Nessa modalidade fotográfica, até o tom de pele podia ser alterado, o tipo de luz, a distância maior ou menor da câmera ou máquina fotográfica, e os retoques na fotografia poderiam retratar a imagem desejada pelo fotógrafo e/ou pela fotografada. Hermínia estava inserida numa sociedade onde ser branca era considerado belo, a partir do princípio do branqueamento racial.

Para entender a política de branqueamento é preciso olhar para o Brasil pós-abolição, quando os negros, na condição de livres, continuavam sendo taxados como seres inferiores, pois, o século XIX foi o período de consolidação da visão de cunho racista que tinham por base as teses de inferioridade biológica dos negros e o entendimento de que o progresso brasileiro aconteceria por meio do “branqueamento”. Naquele momento, registra-se o forte incentivo à imigração, ocasião em que tiveram início as políticas estimuladoras da vinda de europeus para o Brasil. A isso, pode-se acrescentar a inexistência de preocupação com a “formulação de políticas de incorporação dos libertos à sociedade brasileira, no sentido de dar-lhes instrução ou treinamento para aquisição de novos hábitos de trabalho livre” (MÜLLER, 1999, p. 44-45).

De acordo com Skidmore, a política de branqueamento foi pensada pela elite brasileira visando tornar o Brasil um país de brancos, datando seu ápice entre os anos 1889 e 1914, quando a concepção de miscigenação contava como certa a extinção dos pretos e mestiços,

uma vez que o negro “estava fadado ao desaparecimento” do País em algumas décadas. Dessa forma, acreditava-se que “[...] a miscigenação não produzia inevitavelmente ‘degenerados’, mas uma população mestiça sadia e capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente” (SKIDMORE, 1976, p. 81).

A menina Hermínia cresceu no interior de uma família de vários irmãos, seis ao todo, pois, do segundo casamento de seu pai nasceram mais duas irmãs e três irmãos, além do irmão – filho do primeiro casamento de sua madrasta –, que, com ela, veio acrescer à segunda família. Todos residiam em Cuiabá, na Rua Senador Metello, “*antigo Beco do Sovaco*”, nº 478, bairro do Porto, próximo à Igreja de São Gonçalo, ou seja, no então Segundo Distrito da Capital (L.C.T.S - maio/2014).

Cuiabá foi o cenário onde se desenrolou parte significativa da história de vida da professora Hermínia, portanto, espaço privilegiado para se conhecer um pouco mais da sociedade na qual ela viveu.

Hermínia Torquato da Silva se encaixa no título de “mulher educada”, visto ter tido acesso à escola de primeiras letras e se formado pela a escola normal, o que lhe possibilitou ser professora efetiva do Estado de Mato Grosso. Seu apreço pela leitura fica evidente na satisfação ao receber de presente, em 1977, o livro *Roteiro histórico & sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*, de autoria de Rubens de Mendonça, qualificado por ela como uma “dádiva”, anotação pessoal dela, anotada na contracapa da obra.

A COR DA PROFESSORA HERMÍNIA TORQUATO DA SILVA

Diante da questão que norteou esta pesquisa, ou seja, constatar se questões raciais e de gênero interferiram na carreira profissional da professora Hermínia, foram necessárias informações sobre a “cor/raça” da família Torquato e, conseqüentemente, da biografada. Em alguns documentos pessoais da professora Hermínia, como certidão de nascimento, ficha funcional e carteira funcional da Diretoria de Instrução Pública e certidão de óbito, apesar da existência do campo para se declarar a cor, em nenhum desses documentos essa informação foi prestada.

Sabe-se que, desde 1889, a partir do período republicano, a lei do Registro Civil exigia que essa informação fosse prestada, porém, seu efeito foi mínimo. Assim, na Primeira República, conhecer a origem racial dos brasileiros tornou-se muito difícil, pois não se tem nos documentos registro de cor/raça dos indivíduos (MÜLLER, 1999).

Para entender “raça”, é necessário perceber que esse conceito não diverge de outros e precisa ser compreendido dentro de contextos históricos, pois “[...] tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial” (MUNANGA, 2003, p. 8-9). Portanto, há uma etimologia da palavra e de sua evolução conceitual em diversas épocas.

O termo “raça”, em italiano *razza*, em latim, *ratio*, tem como significado principal “espécie”. Registra-se seu uso inicial pela zoologia e pela botânica, a fim de organizar as espécies animais e vegetais por categorias.

Durante a Idade Média, o conceito era empregado para designar grupos humanos com a mesma descendência, linhagem e que, conseqüentemente, carregassem como herança genética características físicas comuns ao grupo. O francês François Berner, na segunda metade do século XVIII, foi responsável por utilizar o termo raça com a mesma acepção que se utiliza atualmente. A partir daquele momento, a diversidade fenotípica passou ser utilizada para classificar a diversidade aparente de cada indivíduo (MUNANGA, 2003).

De acordo com Munanga (1990, p. 52),

Uma raça, no sentido sociológico, é um conjunto de indivíduos sensatos que possuem características físicas hereditárias comuns. Seus membros podem manifestar preconceitos biológicos quando deduzem das características físicas as disposições intelectuais ou morais, deles ou dos integrantes de outros grupos, sendo estes últimos colocados numa posição inferior: racismo do branco contra os negros, racismo antijudeu [...].

No período que se estende dos séculos XVI e XVII, o conceito de “raça” se confundia com o de classe social, com a de origem franco-germânica que compunha a nobreza, opondo-se aos gauleses, representantes da plebe. Naquela época, esses dois grupos eram classificados como pertencentes a raças distintas, sendo que os francos se impunham aos demais por se considerarem de sangue puro e, dessa forma, intelectualmente superiores aos gauleses (MUNANGA, 2003).

Ainda conforme Munanga (2003), o século XVIII marcou o momento em que o racismo adquiriu “cor”, ocasião em que a classificação de superioridade e inferioridade passou a se basear no critério tonalidade da pele, e a questionar a humanidade daqueles considerados inferiores. As ciências naturais – biologia e antropologia física – são os campos onde se ampararam aqueles que se consideram superiores aos demais, criando a história natural da humanidade.

Munanga (1990, p. 53) considera que “[...] o racismo enquanto ideologia é instrumento de dominação e sem dúvida nenhuma, um produto da civilização ocidental remontando ao século XVIII”.

Na argumentação de Costa (2011, p. 83), tal classificação pode ser compreendida a complexidade das ideias vigentes no século XVIII:

O processo de classificação humana, porém, não se limitou à categorização dos seres humanos a partir de suas diferenças ou semelhanças, explicitadas pelas características físicas de cada grupo: vinculou-os a valores morais intelectuais, hierarquizando-os entre si, de modo que se atribuía a melhor posição hierárquica aos grupos que se enquadrassem em um conjunto determinado de características corporais, como por exemplo, menos índice de pigmentação, refletido na tonalidade clara da cor da pele dos olhos e espessura dos cabelos. Por outro lado, aos grupos que apresentassem maior concentração de pigmentação era destinada a posição inferior nessa hierarquia. Desse modo, pensadores da época posicionaram os negros no último nível de uma escala imaginária, estabelecendo-os como o mais inferior dentre os seres humanos.

Concluindo e reforçando o entendimento sobre o termo “raça”, apoiamo-nos na seguinte afirmação de Petrucelli (2013, p. 15):

Compreende-se, assim, a raça como categoria socialmente construída ao longo da história, a partir de um ou mais signos ou traços culturalmente destacados entre as características dos indivíduos: uma representação simbólica de identidades produzidas desde referentes físicos e culturais. Na utilização desta categoria de análise, não se trata do grupo social cujo fundamento seria biológico, mas de grupo social reconhecido por marcas inscritas no corpo dos indivíduos (cor da pele, tipo de cabelo, estatura, forma do crânio etc.)

A respeito da categoria cor, Petrucelli (2001, p. 30) assim define:

Mas as categorias de cor só parecem tornar-se significativas no contexto de uma ordem hierárquica, constituindo-se, de fato, numa marca de origem. Desta maneira, no âmbito brasileiro a questão da cor se encontra no entrecruzamento dos mitos fundadores da identidade nacional com as práticas sociais de discriminação e preconceito racial.

Dessa forma, entende-se que a população brasileira foi dividida em duas categorias, uma branca e outra não branca, sendo a segunda

composta por pretos e descendentes, principalmente os que traziam na pele e/ou no corpo as marcas da origem. Assim, é possível perceber as posições que a população de cor não branca ocupa na sociedade “[...] demonstrado o caráter estrutural das desigualdades raciais no Brasil, que se configura como uma sociedade de dupla clivagem, social e racial” (PETRUCCELLI, 2001, p. 3).

No Brasil do início do século XX, diferentemente do sistema birracial da América do Norte, havia uma classificação racial mais complexa, de caráter pluralista ou multirracial. Conclui Skidmore (1976, p. 55) que: “o Brasil não teve nunca, pelo menos desde o fim da colônia, um sistema birracial rígido”. Assim, nos Estados Unidos é possível perceber o preconceito racial vinculado à origem do indivíduo, sendo que no Brasil o preconceito praticado é de marca (NOGUEIRA, 2006).

Conforme Nogueira (2006), considera-se preconceito racial uma disposição, ou atitude desfavorável e culturalmente condicionada em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. O preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando se toma por pretexto, para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo – a fisionomia, os gestos, o sotaque – diz-se ser “marca”, quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, portanto, trata-se de “origem”.

Segundo Munanga (2005/2006, p. 46-57), no Brasil é comum o entendimento, tanto entre brancos como entre negros, de se acreditar sem ressalvas na “mistura racial”, o que demonstra como a “[...] triangulação étnica pela qual se arma geometricamente a fábula das três raças, tornou-se uma ideologia dominante, abrangente [...] (DAMATTA, 1987, p. 63). Munanga (2005/2006, p. 46-47) prossegue, no mesmo trabalho, destacando que: “[...] conteúdo da raça é social e político. Se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça do racista e de suas vítimas”.

Durante as pesquisas documentais e entrevistas, procurou-se identificar a família materna da professora Hermínia, todavia, sem sucesso, uma vez que não foi possível obter informações sobre sua genitora, constando apenas seu nome no registro de nascimento, Maria da Silva França, já que ela havia falecido no parto da filha.

Todavia, a fim de compor o perfil biográfico da professora Hermínia foram levantadas informações sobre sua família ma-

terna, por entender que seriam valiosas. Na busca pela família de sua genitora, foram levantadas informações no Censo 1890, por meio das pesquisas realizadas por Peraro (2005). Esse censo visou identificar/revelar, por sobrenome, a “cor/raça” dos membros de sua família materna.

A pesquisa, apesar de revelar sobrenomes que coincidem com os da família da professora Hermínia, foi desconsiderada, uma vez que os dados, como endereço e idade, são divergentes, sendo necessário mais tempo para aprofundar e checar as informações.

Portanto, após as entrevistas com familiares e amigos, assim como por meio das imagens fotográficas da professora Hermínia, de seu irmão Estevão Torquato e de seu pai José Torquato da Silva, concluiu-se que a professora Hermínia Torquato da Silva era uma mulher não branca.

O que nos levou a essa conclusão? Primeiro, porque a família “Torquato” é relativamente conhecida em Cuiabá. Um de seus irmãos, que teve atuação profissional e política destacada, considerada personalidade conhecida por muitos que viviam na Capital, tinha pele com alta concentração de melanina e traços fenotípicos predominante da população negra. Além de buscar respaldo nas descrições realizadas pelos entrevistados sobre Hermínia e seu pai, José Torquato da Silva, ficando evidente que a “cor/raça” que lhes caracterizavam são fenotipicamente era a negra.

Na discussão que Petrucelli promove, ao falar da origem da denominação da cor, faz “um levantamento da gênese de alguns dos termos encontrados foi utilizada uma bibliografia composta basicamente por dicionários etimológicos das línguas portuguesa e espanhola, além de referências de trabalhos em francês”. Por meio dessa pesquisa lexicográfica e de datação, foi possível perceber “que a aparição dos qualificativos relativos à miscigenação se situa entre os séculos XIV e XVII” (PETRUCCELLI, 2001, p. 9). O autor explica, ainda, que alguns desses indicativos de cor utilizam como comparativos referenciais as “plantas, frutas ou produtos vegetais, por assimilação”, como, por exemplo, as palavras jambo, canela, chocolate, castanha. Ainda para Petrucelli, reforçando a definição do termo “sará”, encontrado em dicionário da língua portuguesa e já mencionado, corroboram com a definição de alguns adjetivos e substantivos, a exemplo: ‘sará’, definido como “nome comum aos insetos lepidópteros noturnos de cor fulva, mariposa, 1587; ext. indivíduo de cabelos muito crespos, característicos de certos mestiços, e de coloração fulva arruivada” (CUNHA, 1982 *apud* PETRUCCELLI,

2001, p. 9. Grifo meu). Destacando que, o termo “mestiço”, utilizado como adjetivo ou substantivo, define aquele que é “nascido de pais de raças diferentes” (CUNHA, 1982 *apud* PETRUCCELLI, 2001, p. 9).

Diante disso, classifico-a como não branca, porque, segundo (CARVALHO, 2008 *apud* PETRUCCELLI, 2013, p. 17), a classificação “branca” cabe àqueles que apresentam “[...] pele clara, olhos claros, cabelos lisos, lábios e nariz finos, que a partir deles definira-se um padrão de beleza para toda espécie humana”.

No início do século XX, havia a crença de que o Brasil se tornaria um país cada vez mais branco, visto a miscigenação de sua população com os imigrantes europeus, resultando uma população em sua maioria composta por brancos e mestiços, e que negros e índios deixariam de existir (SCHWARCZ, 1998).

Visto que Hermínia pertencia a uma família com forte predomínio da “mestiçagem”, assunto de destaque nas entrevistas com seus familiares, compreendeu-se que a discussão sobre mestiçagem e ideologia do branqueamento se fazia necessária.

Segundo Guimarães (1995, p. 36), “aqueles que apresentam graus variados de mestiçagem podem usufruir, de acordo com seu grau de brancura (tanto cromática quanto cultural, dado que ‘branco’ é um símbolo de ‘europeidade’), de alguns dos privilégios reservados aos brancos”.

De acordo com a definição apresentada por Skirmore (1976, p. 81),

A tese do branqueamento baseava-se presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o *gene* branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas.

Dessa maneira, as barreiras no caminho de uma família negra ou de um indivíduo que apresentasse as características fenotípicas negras evidentes, como “marcas corporais, tais como cabelo, formato do nariz e dos lábios [...]” (GUIMARÃES, 2012, p. 24), são sempre formas de seleção considerável, segundo a discussão sobre ideologias de embranquecimento. Para Guimarães (2012, p. 24), o sistema brasileiro se utiliza de uma diversidade de marcas físicas, o que amplia

consideravelmente a formação de vários grupos raciais entre o branco e o negro, em comparação ao sistema dos Estados Unidos, que, por ser fechado, cria limites aos grupos a partir da sua descendência.

Bourdieu (2014), em *A dominação masculina*, discute a questão de gênero, porém, também está presente em sua obra a reflexão sobre a questão racial dos negros. Ele possibilita que se perceba que o negro, assim como a mulher, recebe uma carga negativa sobre si e suas ações.

Então, uma mulher não branca poderia se deparar com uma dupla barreira em seu percurso, a discriminação de gênero e a racial. Quem sabe Hermínia pudesse, dentro da invisibilidade do universo de feminino das mulheres, em algum momento, se ver presa nessa lógica da dominação, conforme expõe Bourdieu (2014, p. 12. Grifo meu):

Essa relação extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante como pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele.

Sobre a questão racial, o mesmo autor faz ainda a seguinte consideração elucidativa:

[...] qualquer que seja sua posição social, as mulheres têm em comum o fato de estarem **separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo** que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem, e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas [...]. (BOURDIEU, 2014, p. 130. Grifo do autor)

A mulher está inserida em um mundo marcado pela distribuição de poderes e privilégios entre masculino e feminino e, mesmo no mundo feminino, elas se encontram separadas por diferenças econômicas e culturais, o que faz com que cada uma viva e sinta a “dominação masculina”, sem, contudo, tornar nulo o poder sobre sua feminilidade (BOURDIEU, 2014).

OS TORQUATO: HISTÓRIA DE VIDA E ENTRELAÇAMENTO POLÍTICO

Tendo por objetivo principal contextualizar a trajetória profissional da professora primária Hermínia Torquato da Silva, foi privilegiado o período compreendido como Primeira República e em alguns acontecimentos que antecederam a instalação do sistema republicano, em 15 de novembro de 1889, a fim de verificar as possíveis mudanças no País e as ideologias sobre a população negra e seus descendentes.

Uma conjuntura social e política que propiciou, por meio das armas, a instauração do novo regime político, além de fatores externos, como as mudanças promovidas pela Revolução Industrial e a Francesa que influenciaram não somente o Brasil, mas todo o mundo ocidental. Porém, conforme Carvalho (2010, p. 41), “do ponto de vista da representação política, a Primeira República (1889-1930) não significou grande mudança”. Espelhando-se no modelo implantando nos Estados Unidos, foi instituído no Brasil o sistema federativo. Os presidentes dos estados passaram a assumir os cargos via eleição, visando uma aproximação com o povo. Todavia, a Constituição de 1891 eliminou apenas o entrave da exigência da renda de 200 mil-réis para os eleitores, ou seja, voto censitário, mantendo o principal mecanismo de exclusão, a proibição aos analfabetos, além de manter, também, a proibição do direito de votar das mulheres, mendigos, soldados e membros de ordens religiosas (CARVALHO, 2010, p. 40).

Data desse período a expressão “república dos coronéis”. Na hierarquia da Guarda Nacional, coronel era o mais alto posto ocupado pela pessoa que detinha maior poder local. O coronel exercia poder, uma vez que era ele quem escolhia o chefe político da localidade. De forma hierárquica, o coronel, nesse sistema, mantinha alianças com o presidente do estado e este com o presidente da República. Assim, se perpetuava o poder, por meio de eleições fraudulentas (CARVALHO, 2010, p. 42). Essa prática era sustentada, de acordo com Carvalho (2010, p. 43), pelos “grandes proprietários, os oficiais da Guarda Nacional, os chefes de polícia e seus delegados, os juízes, os presidentes das províncias ou estados, os chefes dos partidos nacionais ou estaduais”.

Mato Grosso, no início século XX, apresentava um cenário econômico em franco crescimento e sustentado pela exportação de bens da indústria extrativa e da pecuária bovina, sendo, a última, destaque das exportações. Mato Grosso se ligava ao mercado mundial por meio da bacia platina, quando a navegação ganhou importância. Registra-

-se, no início do século XX, considerável presença de empresas de capital estrangeiro, e ainda, a relevante instalação de usinas de açúcar, seguindo o curso dos Rio Cuiabá e Paraguai, com maior incidência no primeiro.

Todavia, o Estado adentrou ao século XX arrastando disputas políticas-econômicas impactantes para sua população. Cuiabá, por ser a capital, era o centro da ebulição. As disputas regionais eram marcadas pela forte presença das oligarquias representadas por várias famílias. Nas palavras de Siqueira (2002, p. 156), “quando muitos coronéis se reuniam em torno de um partido formavam as oligarquias, cujo poder e influência extrapolavam o âmbito municipal, constituindo um real poder dentro dos Estados”. A figura do coronel, no Brasil republicano, foi preponderante em diversas regiões; em Mato Grosso, eles eram grandes proprietários rurais ou detentores de relevante patrimônio urbano. De acordo com Corrêa (1981 *apud* SIQUEIRA, 2002, p. 156),

[...] coronéis pecuaristas, usineiros, agricultores, comerciantes grandes e pequenos, etc. exerciam o poder de decisão efetivamente a nível local ou estadual, mantendo o controle dos empregos públicos e outros privilégios econômicos e sociais, e dispunham também de uma grande capacidade de mobilização de forças, sob seu comando direto.

A manutenção do poder dependia das relações estabelecidas, visto que, por um lado, os coronéis, como detentores de poder econômico, político e social e com o consentimento do Estado, garantiam pelo mecanismo do voto a continuidade do grupo político que estivesse exercendo a administração do Estado, e este, por outro lado, afiançava o coronelismo. A sociedade mato-grossense registrou essas influências e disputas que, no entrelaçar das relações sociais, ajudaram ou dificultaram a vida da população mais pobre e, por certo, majoritariamente não branca. Essa relação de poder decorrente do coronelismo sustentado pelo voto de cabresto possibilitou o estabelecimento de uma rede de relações onde prevalecia a vontade dos mais fortes, fidelizando as relações de compadrio.

De modo sucinto, esse tipo cenário se manifestou em todo território brasileiro e se caracterizou por sobrepor as relações sociais desiguais, onde as diferenças podiam ser tanto etárias como sociais e econômicas.

Embates entre grupos que se formavam ou se rearranjavam, em sintonia com as vontades políticas e interesses na disputa ou manutenção do poder, levaram adiante o fenômeno do coronelismo no Estado.

E, por certo, tais embates afetaram a vida de muitos, como ocorreu na história da família “Torquato”, tendo em vista que José Torquato da Silva, após o assassinato de Totó Paes, teve que se refugiar, por alguns anos, na região de Cáceres, considerando que foi funcionário da Usina Itaici, de propriedade de Antônio Paes de Barros, onde exerceu o cargo de gerente, durante o afastamento do proprietário para exercer o governo de Mato Grosso.

Nesse ambiente de disputa de poder, violência, fraudes, coação, conchavos, compadrios e mercês, dentre outras formas de dominação inerentes ao coronelismo, intercalado de intervalos de calma, que convivia a população mato-grossense.

O início de século XX acirrou o desejo por modernização, nascida de um projeto político que visava a implantação da ordem, da moralização e disciplinarização da sociedade cuiabana.

Marcava a passagem para a modernidade a presença, em Cuiabá, de algumas novidades, como: “o telefone, a luz elétrica, o cinematógrafo e o automóvel” (LUCIDIO, 2008, p. 198). Além disso, no governo de Pedro Celestino (1908-1911) foi realizada a Reforma do Ensino, que culminou com a construção do ‘Palácio da Instrução’ e dos Grupos Escolares, local onde deveria se formar os cuiabanos integrados aos novos tempos.

A elite mato-grossense, especialmente a cuiabana, reproduzindo, muitas vezes, a história social e política de famílias tradicionais e letradas, ocupantes dos melhores cargos nos órgãos de governo e detentores de poder econômico e político (LUCIDIO, 2008; DELAMONICA, 2006; SIQUEIRA, 2002), precisava construir uma identidade que a representasse e que espelhasse civilidade, modernidade e progresso. Para isso, seguiam, principalmente, as tendências ditadas pelas maiores cidades, como a Capital Federal, naquela época o Rio de Janeiro, idealizando alçar uma vaga no contexto nacional.

Pode ser encontrado, ainda hoje, na literatura mato-grossense, registro da valorização ao bandeirante, branco, heroico, como elemento formador da identidade mato-grossense, em detrimento da desvalorização da população negra (MENDONÇA, 1975, p. 28-29).

Os aparatos para disciplinar e controlar a população cuiabana pobre foram logo implantados, tais como: os Inspetores de Higiene Pública, soldados do Exército, guardas do Arsenal de Guerra e praças da guarda municipal que prestavam serviços de vigilância e controle. A elite mato-grossense, por meio desses mecanismos, como organização, distribuição dos espaços, controle sobre “a malandragem,

vadiagem, vigilância sobre os becos, ruas e bairros periféricos”, objetivava construir uma identidade própria e positiva.

Ao se voltar o olhar para história mato-grossense, a partir de meados do século XIX e alvorecer do século XX, é impossível não se deparar com a maneira utilizada por brasileiros e estrangeiros para enxergar essa parte do Brasil. Estão presentes nessa maneira de olhar, as concepções de progresso e civilização vigentes no mundo ocidental, embasadas nas teorias evolucionistas e racistas em vigor.

Na luta travada por Hermínia, seu pai José Torquato da Silva tem presença atuante e fundamental, pois as mulheres se encontram, segundo Bourdieu (2004, p. 113), “Excluídas dos jogos de poder, elas são preparadas para dele participar por intermédio dos homens que neles estão envolvidos [...]”. Diante disto, se faz necessário apresentar José Torquato da Silva.

Nasceu em 1868, antes da Lei do Ventre Livre, e sua genitora, D. Florinda Torquato da Silva, já era libertam pois o menino nasceu livre. Pela memória herdada, a família ressalta que ele era neto de escravo, porém, não dispomos de informações mais precisas sobre seus genitores, possivelmente por meio dos registros de nascimento presentes nas fontes eclesiásticas. Nas entrevistas e documentos escritos sobre ele, repete-se o panegírico que o descreve como menino pobre que, em meio a toda dificuldade, galgou uma posição privilegiada e que poderia ser invejada por qualquer homem de sua época.

Tendo como fonte as entrevistas e os poucos documentos, foi possível saber apenas o nome da mãe de José Torquato da Silva, Florinda Torquato da Silva, descrita como uma mulher forte, persistente e que fora responsável pela criação do menino, o que fez sozinha. José Torquato, na sua juventude, trabalhou como aprendiz de marceneiro na oficina de obras brancas da Escola de Aprendizes Artífices do extinto Arsenal de Guerra.

Por sua trajetória e pelo fato de ser um homem não branco, acredita-se que encontrou obstáculos na sua trajetória, mas que, pela sua história, devem ter servido de degrau na luta pela sobrevivência. Segundo seus familiares, dentre as atividades profissionais que exerceu consta a escrituração mercantil, hoje contabilidade, o que foi conseguido graças aos “*próprios méritos e esforços*” (L.C.T.S. - maio/2014), desenvolvendo a atividade de contador junto à Usina Itaiaci, de propriedade do Cel. Antônio Paes de Barros, conforme afirma Souza (2001):

Os múltiplos afazeres que lhe impunham as responsabilidades da vida pública em que ingressara, não lhe permitiam mais continuar à frente da orientação de sua propriedade no Itaiçi, **que ficou entregue à direção de um gerente, José Torquato da Silva, que se mostrou digno da confiança do seu chefe.** (SOUZA, 2001, p. 56. Grifo meu).

Encontrasse aqui o entrelaçamento de duas histórias de vida. Além disso, percebe-se a importância do cargo recebido e a imensa responsabilidade que lhe foi confiada pelo Cel. Totó Paes, confiança que deve ter sido gerada pelo bom e aguerrido desempenho de funções anteriores, condições que garantiam-lhe capacidade para gerenciar um empreendimento considerado inovador em termos industriais, representante do progresso e da modernidade em Mato Grosso.

Torquato trabalhou também na Firma Lucas Borges e Cia, atuando na atividade de exportação de borracha. Os depoentes destacam que se tratava de um homem que, por seus próprios méritos, grande comprometimento, persistência e inteligência, pode ser considerado um autodidata, pois, mesmo não tendo frequentado os bancos escolares, adquiriu conhecimento e atuou profissionalmente como contador e advogado provisionado.

Seu registro recebeu a inscrição número 13, na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso (SIQUEIRA, 2003, s.p.). No referido registro constam 39 advogados inscritos, isso só no primeiro ano de existência da OAB-MT, por volta do ano de 1933. José Torquato da Silva exerceu a advocacia até o final de sua vida, o que lhe oportunizou exercer o cargo de Promotor Público em Santo Antônio do Rio Abaixo, atual município de Santo Antônio de Leverger.

Na sua vida profissional, ocupou também o cargo de Secretário de Repartição de Obras e Viação, na capital. José Torquato da Silva foi um homem que, por suas próprias qualidades mudou sua trajetória, através das escolhas acertadas, graças a tenacidade, uma vez que, às vésperas de completar meio século de existência, tornou-se um dos fundadores – sócio efetivo – do Instituto Histórico de Mato Grosso, admitido em 1º de janeiro 1919. Pelo que foi possível depreender, sua origem humilde e anônima não o impediu conquistar lugar privilegiado na sociedade cuiabana.

Nas entrevistas com seus netos e com o casal amigo da família, as memórias sobre José Torquato da Silva foram revestidas de orgulho e admiração pelo homem que venceu por seus próprios méritos, deixando como legado a predileção pelos estudos e o entendimento

que esse percurso possibilitou vitórias. O esforço pessoal era o único caminho, visto que não pertencia à elite, não era de família tradicional, não possuía herança, sendo que a via de acesso trilhada foi a do estudo e da qualificação.

Sua vida pessoal e pública pode-se presumir, foi intensa, o que lhe oportunizou ter voz e vez dentro de uma sociedade hierarquizada que, pela ideologia racial da época, negava-lhe os espaços que ocupou.

O INGRESSO E O PERCURSO NO CENÁRIO EDUCACIONAL DE MATO GROSSO

Ao conhecer um pouco da história de vida do genitor de Hermínia é possível perceber a motivação de sua iniciativa e persistência ao lutar por seu espaço profissional. Aos 19 anos, a normalista recém-formada pela Escola Normal, Hermínia Torquato da Silva, é nomeada por meio do “[...] acto do Governo do Estado sob n.º. 141, de 30 de março de 1918, a exercer effectivamente o cargo de professora da 1ª Escola do sexo masculino da Villa de Santo Antônio do Rio Abaixo, [...]”. (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO. Livro de Registro dos Termos de Posse, 1918). Aos 5 dias de abril do mesmo ano, assumiu o cargo. De acordo com Art. 138 do Regulamento da “Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso”, caso fosse anunciado concurso e houvesse apenas um inscrito, “[...] e se o pretendente for normalista, será effectivamente nomeado independente de exame”. (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO. Regulamento da Instrução Pública de 1910).

Ao assumir o cargo de professora, em 1918, infere-se que a jovem normalista Hermínia Torquato da Silva se viu impossibilitada de residir e se manter na Vila de Santo Antônio do Rio Abaixo, pois, à época com 19 anos e solteira, morava com os pais em Cuiabá, no segundo distrito – Porto. Sua nomeação para a Villa de Santo Antônio do Rio Abaixo, que se tornou distrito de Cuiabá, em 26 de agosto de 1835, de acordo com a Lei n.º 11, estava localizado distante da Capital, aproximadamente, a 35 km, o que na época, por falta de estradas, tornava-se difícil o acesso. Isso a impediu de fixar residência naquela localidade, visto não contar com a companhia de familiares.

Pode-se deduzir, a partir dessa situação, que Hermínia ou seu pai José Torquato da Silva, homem amante das letras e conhecedor das leis, no caso, do Regulamento da Instrução Pública, fazendo uso do direito que conferia o Art. 139, Capítulo I, protocolizou pedido de licença. Trata o referido artigo da nomeação ou remoção do professor público primário, que teria um prazo de 90 dias para assumir a

cadeira, considerando a distância da Escola, porém, ao final do prazo, se não atestasse problemas de saúde ou motivo de força maior, perderia o emprego.

Possivelmente, por meio de mercês, a partir dos relacionamentos de seu pai, conseguiu ser designada para prestar seus serviços na melhor escola do 2º Distrito, e ainda conseguiu se manter ali, até o segundo semestre do ano 1922.

Em agosto do citado ano, por meio da Portaria nº 42, obteve licença de seis meses para tratar de seus interesses. Em sua ficha funcional nº 111, aberta em 1918, consta que esteve afastada do cargo no período de 13 de fevereiro de 1923 a 24 de março de 1924. Por fim, após esgotar todas as possibilidades de se manter em Cuiabá, restou-lhe pedir disponibilidade, única maneira de não encerrar a carreira. Desta feita, solicitou sua disponibilidade, situação arrastada de 1924 até 1931.

Não foi localizada documentação com menção a sua cor ou raça, mas é sabido que em Mato Grosso esse aspecto era considerado. Desde meados do século XIX e primeiras décadas do século XX, ideias negativas sobre a população de cor e a preocupação com a miscigenação ganharam destaque na sociedade brasileira, pois viam na mestiçagem sinal de “degeneração”; em contrapartida, havia a busca pela “raça pura”, sinônimo de civilização e progresso.

Hermínia, por apresentar características fenotípicas que evidenciavam sua cor, pois membros de sua família a categorizaram como “sarárá”, passou por esses entraves com maior facilidade que Bernadina Rich, que, segundo Gomes (2009, p.17), “era mulher, era negra e possuía, segundo as entrevistas, poucas posses”. Todavia, no censo de 1890, Bernardina Rich foi assim descrita idade 18 anos, cor parda, estado civil solteira, religião católica, nacionalidade brasileira, o que Gomes (2009) confirmou, por meio de fotografias e entrevista, ter encontrado uma mulher fenotipicamente negra (cabelos, nariz, lábios e pele).

Ainda assim, mesmo podendo ser considerada “branca”, Hermínia não desanimou diante das negativas que recebeu. E, com certeza, conheceu vários outros casos de professoras que iam e vinham de cadeira em cadeira, de cidade em cidade, de acordo com as necessidades, em busca de melhoria profissional.

Hermínia, ao requerer seus direitos, não fazia nada diferente daquilo que outros professores praticavam. O que a diferiu dos demais foi o tratamento recebido e seu difícil percurso para conseguir algo que outros obtinham de forma mais tranquila. Deixando de lado a indisposição de seu genitor para com o Diretor da Instrução

Pública, e vice-versa, não pode ser descartada, em momento algum, a questão racial.

Hermínia recebia tratamento diferenciado daqueles encontrados no mesmo período de seus insucessos nas diversas tentativas de voltar à carreira do magistério? Porque os exemplos se somam. Notório observar a situação da normalista Célia Nunes de Barros, que requereu a cadeira nas Escolas Reunidas de Santo Antônio do Rio Abaixo, por ter ciência que a professora que a regia não era diplomada. Ou, melhor dizendo, não havia cursado a Escola Normal. É certo que se “dá preferência mesmo para as nomeações interinas, às pessoas formadas pelas Escolas Normas do Estado [...]” (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, Caixa 1931, APMT).

O retorno ao exercício da profissão, para conseguir permanecer junto aos seus familiares, só ocorreu quando a Direção da Instrução Pública passou a ser exercida por Franklin Cassiano da Silva, coincidência ou não, com a saída de Cesário Alves Corrêa. Registra-se ainda que a vaga em Corumbá, pela qual Hermínia tanto lutou, em 1931, foi reaberta, visto um requerimento, de 10 de fevereiro de 1931, endereçado ao Interventor Federal do Estado e de interesse da professora Albertina E. de Barros, do município de Miranda, pleiteando a vaga aberta com a transferência da professora Edith Curvo para a Capital.

Quanto à vida profissional da professora Hermínia, o que se depreende da documentação, seguiu com maior normalidade. Encontramos, em 25 de julho de 1934, o Ato nº 1964, concedendo à Hermínia gratificação adicional de 10%, por ter completado 10 anos de efetivo exercício, em 23 de março de 1934.

A professora Hermínia se aposentou no dia 26 de janeiro de 1956, após muitos embates e tensões. Pela fala do sobrinho, creio que também viveu alegrias durante o exercício do magistério, pois, além do forte desejo de contribuir com a instrução, também o fazia por necessidade.

Sua atitude de contestação certamente era uma ousadia para os padrões da época, em Cuiabá, pois Hermínia se ergueu contra a estrutura de poder, por meio de seus próprios esforços pessoais, contando apenas com a ajuda de seu pai, como revelaram as fontes. Ao apresentar a história de vida de Hermínia, é possível contribuir para a desconstrução do imaginário daquela época, ou, pelo menos, promover uma discussão a esse respeito.

Hermínia faleceu em 16 de novembro de 1990, aos 91 anos, em Cuiabá. Foi uma cuiabana de *chapa e cruz*.

Enfim, os dados da pesquisa permitem afirmar que Hermínia e sua família não integravam, originalmente, a elite mato-grossense do período chamado Primeira República. Mais tarde, com os esforços do pai, puderam integrar a ela, pois, por ilustrar a mestiçagem brasileira, vivenciaram as sinuosidades do racismo. Percebe-se, ainda, que ela encontrou nos passos do seu patriarca, amante das letras, convencido do poder dos estudos e cômico do valor das leis, o caminho para ultrapassar algumas barreiras do racismo e, assim, estabelecer conquistas como a ocupação de espaços que, à época, não pertenceriam à população de cor, e se elevar à categoria de intelectual letrado.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica (1986). In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes, (Coord.) *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006, p. 183-191
- _____. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, N. de C.; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 229-263. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 2).
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo: SP, 1985.
- COSTA, Cândida Soares da. *Educação para as relações étnico-raciais: Planejamento escola e literatura no Ensino Médio*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.
- CUNHA, Antônio Geraldo. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Nova Fronteira, 1982. In: PETRUCCELLI, José Luis. *A cor denominada: estudo das informações do suplemento da PME, Julho/98*. 2001.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELAMÔNICA, Benedita Adiléa. O Album Graphico do Estado de Matto-Grosso e as representações sobre os trabalhadores negros (1914/1920). *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP. v. 2, n° 1, 2006. Disponível em: <<http://uff.br/penesb/publicações/penesb>>. Acesso: 02 jun.2014.

GOMES, Nailza Barbosa. *Uma professora negra e Cuiabá na Primeira República: limites e possibilidades*. Dissertação (Mestrado em Educação). PPGE/UFMT, Cuiabá, 2009.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anto-racismo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*. N.º 43, novembro 1995. p. 26-44. Disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_racismo_e_anti_racismo.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes, (Coord.) *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006, p.167-182.

LUCIDIO, João Antônio Botelho. *Ofício e arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960*. Cuiabá/MT: Carlini & Caniato: EdUFMT.2008.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MAUAD, Ana Maria. *Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica*. 2013. p. 11-19. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie/01.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

MENDONÇA, Rubens de. *Roteiro histórico & sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*. 3. ed. comemorativa aos 250 anos de elevação do Arraial a categoria de Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá 1727-1977. Cuiabá: Edições Igrejinha, 1975.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Percursos Historiográficos e Metodológicos da Contemporaneidade*. UFPE. Disponível em: <http://www.trt6.jus.br/memoriaehistoria/site/docs/artigos/Percursos.pdf> (Este texto se encontra publicado como capítulo do livro Depois da Utopia: história oral em seu tempo. Ricardo Santhiago & Valéria Magalhães (Orgs.). São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2013. Pags. 55 à 70.)

MUNANGA, Kabenguele. Racismo da desigualdade à intolerância. *Revista da Fundação SEADE*. São Paulo em Perspectiva, 4(2): 51-54, abril /junho

1990. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v04n02/v04n02_09.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.

MUNANGA, Kabenguele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*. São Paulo, n. 68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

MUNANGA, Kabenguele. *Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação* – PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2014.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República*. Niterói: Intertexto, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 19, n.1, p. 287-308, nov. 2006.

PERARO, Maria Adenir. *A população Urbana de Cuiabá em 1890*. Cuiabá: EdUFMT, 2005. CD-ROOM.

PETRUCCELLI, José Luis. *A cor denominada: estudo das informações do suplemento da PME, julho/98*. 2001.

_____. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (Org.). *Características Étnico-Raciais da População Classificações e Identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 12-23.

SCHWAECZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. On: NOVAES, Fernando A. (Coord.); SCHWAECZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da Vida Privada no Brasil, 4). P. 173-244.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

_____, Elizabeth Madureira. *OAB-Seccional de Mato Grosso: 70 anos*. Cuiabá: 2003. (mimeo)

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Antonio Fernandes de. *Antônio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso. 2001.